

ATA DA 602ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na sede social da COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, situada na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Capital do Estado de São Paulo, realizou-se a seiscentésima segunda reunião do Conselho de Administração da CETESB. Abertos os trabalhos sob a presidência do conselheiro JÔNATAS Souza da Trindade, na forma do disposto no art. 13 do Estatuto Social da CETESB e secretariada por mim, Valdecir Sarroche da Silva, com a participação dos conselheiros THOMAZ Miazaki de Toledo, ROSE MIRIAN Hofmann, MARISA Maia de Barros, JOSÉ PAULO Neves, KELLY Lopes Lemes, RODRIGO Levkovicz, SIMONE Patrícia da Silva e dos conselheiros independentes JOÃO RICARDO Pereira da Costa e LUIZ ANTÔNIO Ferraro Júnior, sendo que o senhor José Paulo e as senhoras Marisa e Kelly participaram de forma remota. Como convidados, os senhores Daniel Benvenuti Filho, gerente da Divisão de Arquitetura Tecnológica; Marcio Negrão Marolla, gerente do Departamento Econômico-Financeiro; Leandro Kolowski Portugal, analista de segurança e *backup* de dados – Setor de Redes; e as senhoras Liv Nakashima Costa, diretora de Gestão Corporativa; Érica Cristina Padovani Haller, gerente do Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional; e Marley Laiz Simões Fugita, gerente do Departamento de Tecnologia da Informação - TI. Iniciada a reunião, conforme a Ordem do dia, pelo **item 1 da pauta – Aprovação da Ata da 601ª Reunião do Conselho de Administração – RCA**. Dispensada a leitura, uma vez que os membros receberam a minuta previamente, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. A seguir, passou-se ao **item 2 - Avaliação dos Administradores 2023 - 2024: Deliberação sobre a área que conduzirá o processo e sobre o conteúdo ampliado do formulário de referência**. A senhora Érica teceu esclarecimentos em relação ao processo e metodologia de avaliação dos administradores 2023 - 2024, destacando inicialmente os princípios legais para sua aplicação, conforme a Lei federal nº 13.303/2016 e a Deliberação CODEC nº 02 de 15/03/2024, e em seguida, as dimensões a serem avaliadas, tanto em relação ao Conselho de Administração quanto à Diretoria Colegiada, conforme estabelecidas no artigo 4º da referida Deliberação e constantes nos Anexos I - Formulário de Referência - Avaliação de Administradores - Conselho de Administração e IIa - Formulário de Referência - Avaliação de Administradores - Diretoria Colegiada. Na sequência, conforme disposto nos artigos 9º e 3º da Deliberação, apresentou as duas propostas de que tratam tais dispositivos, quais sejam: **a) quanto à área interna responsável pela condução do processo** (artigo 9º) – que permaneça sob a competência do Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional - PD, como tem sido nos anos anteriores; **b) quanto à ampliação do conteúdo dos formulários de referência** (§ 1º do artigo 3º) – que as sugestões relativas ao Anexo IIa foram agrupadas com foco na gestão e atribuições das diretorias, sendo: **quanto ao Diretor-Presidente – ampliação de quatro questões**, quais sejam: mantém interlocução favorável com outros órgãos do Governo; mantém interlocução favorável com os setores produtivos e com a sociedade civil; atua na construção e defesa da imagem favorável da Companhia; e atua de forma proativa para antecipar e administrar prontamente eventualidades da Companhia. **Quanto aos demais Diretores – ampliação de quatro questões**, quais sejam: atua na sistematização das informações, possibilitando tomada de decisão das instâncias superiores; faz gestão operacional para o cumprimento de prazos, garantindo a qualidade dos serviços prestados; gerencia recursos (humanos e orçamentário) e processos de forma otimizada; e atua de forma proativa para antecipar e administrar prontamente eventualidades sob sua atribuição. Entre outros pontos, destacou os parâmetros relativos à “Apuração dos Resultados”, conforme o artigo 5º da Deliberação, quais sejam: Nota entre 1,00 e 1,75 - Mudanças relevantes são necessárias; Nota entre 1,76 e 2,50 - Algumas mudanças relevantes

são necessárias; Nota entre 2,51 e 3,25 - Satisfaz as expectativas; Nota entre 3,26 e 4,00 - Supera as expectativas, alertando para a importância do preenchimento/respostas à todas as questões, para não distorcer o cálculo, bem como cientificou quanto às próximas etapas do cronograma e a ideia de proceder a entrega dos formulários, em envelope aberto, imediatamente ao término desta reunião, caso aprovado, para que sejam preenchidos, assinados e devolvidos no mesmo envelope fechado, a partir de 30/07 (data da próxima reunião ordinária) até 12/08. O senhor Luiz Ferraro sugeriu que o resultado da apuração seja divulgado aos conselheiros assim que possível, ao que a senhora Érica informou que reportará essa informação na reunião ordinária de agosto. O senhor João Ricardo observou quanto à necessidade de maior contato/interação dos conselheiros com os diretores para melhor embasamento dos itens a serem avaliados, especialmente à gestão de cada diretoria. O senhor Rodrigo informou que os resultados/ações em relação ao planejamento estratégico podem ser uma referência nesse sentido e o senhor Jônatas complementou sugerindo uma apresentação na próxima reunião do Conselho sobre os resultados de cada diretoria, ao que todos concordaram. O senhor Thomaz teceu algumas ponderações, como por exemplo: que via de regra, ocorrem duas reuniões mensais com os diretores junto à presidência para tratar de assuntos que envolvem deliberações, sendo que a partir do plano de ações emergenciais em 2023, houve maior frequência de reuniões; que teve início em 2024 a gestão orçamentária por Diretoria, que até então era centralizada apenas no Departamento Econômico-Financeiro e diretoria de Gestão Corporativa; que os próprios diretores manifestaram a importância de constituir um painel de indicadores operacionais, o qual está em desenvolvimento; que os onze projetos institucionais, conforme já mencionados em reuniões anteriores, estão distribuídos entre as competências de cada diretoria; que cada diretor pode apresentar, conforme foi sugerido para a próxima reunião, um relatório de gestão destacando os principais resultados quanto ao desempenho em sua diretoria. A senhora Simone pontuou sobre sua percepção quanto à maior/melhor visibilidade da empresa na mídia/redes sociais, ressaltando nesse sentido a participação ativa dos diretores, ao que o senhor Thomaz informou que esse fato resulta do projeto institucional “CETESB Informa”. A senhora Marisa lembrou alguns pontos que foram discutidos quanto à ampliação do formulário de avaliação no exercício anterior e que, em relação à proposta atual, sugere inserir/considerar aspectos relativos à “ética” e “integridade”. O senhor Thomaz sugeriu, nesse sentido, que o PD providencie a adequação do formulário à essa questão, transferindo-se a entrega dos mesmos aos administradores para a próxima reunião, mantendo-se o prazo de devolução em 12/08, conforme mencionado. Ao final os membros aprovaram as propostas, condicionadas às sugestões da senhora Marisa e do senhor Thomaz. A seguir, após inversão de pauta, passou-se ao **item 6 – Avaliação dos Níveis de Maturidade da Governança Corporativa nas Empresas – Plano de Ação**. A senhora Érica, em atendimento à sugestão dos membros na reunião anterior (601ª RCA), em que o tema foi inicialmente apresentado, deu uma posição atualizada quanto à aplicação do questionário sobre a “Avaliação dos Níveis de Maturidade da Governança Corporativa”, que contempla as três dimensões (1 - Conselhos e Gestão, 2 - Controle e Monitoramento, e 3 - Transparência), demonstrando a distribuição de acordo com as dimensões e grupo de indicadores, destacando o resultado de 70% de respostas afirmativas, que corresponde a 79 questões de um total de 113, o qual insere a Companhia no limite do nível/grau II de maturidade de governança (de 70% a 89%) em que “ajustes e aprimoramentos são recomendáveis”. Ressaltou que o objetivo do Plano de Ação é se antecipar ao alinhamento das 34 questões correspondentes às respostas “não” e “não se aplica”, salientando que a Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento - SEFAZ, conforme o cronograma, irá proceder a análise do questionário, com as evidências encaminhadas, cujo resultado será em 09/08. O senhor João Ricardo chamou a atenção que o maior gargalo (baixo percentual de resposta “sim”) aponta para o indicador de “Controles Internos”, que integra a dimensão 2, e corresponde a apenas 25% das respostas afirmativas (2 de 8 questões). O senhor Jônatas observou em relação ao baixo percentual (54%) da Auditoria Interna (7 respostas afirmativas de 13), ao que o senhor João Ricardo observou que não se surpreende em razão dos comentários e recomendações já feitos pelo Comitê de Auditoria. Na sequência, a senhora Érica

explicou como foi elaborado o Plano de Ação, destacando que houve reunião com as áreas/pessoas envolvidas mais diretamente para avaliar as questões respondidas como “não” e “não se aplica”, as quais foram agrupadas conforme o tema (Conselho de Administração/equivalente – 2 questões; Comitê de Auditoria/equivalente – 2 questões; Diretoria – 2 questões; Auditoria Interna – 6 questões; Gerenciamento de Riscos – 6 questões; Conformidade – 9 questões; Controle Interno – 6 questões; e Transparência – 1 questão) para então traçar o escopo do plano incluindo os prazos e áreas responsáveis na execução de cada ação correspondente. Informou que o PD acompanhará a condução desse processo e reportará semestralmente os resultados ao Conselho de Administração, acrescentando que boa parte das questões estão associadas ao gerenciamento de riscos e que, conseqüentemente, muitas das ações serão definidas após a deliberação da Política de Gestão de Riscos, prevista para outubro/2024, e do mapeamento de riscos. O senhor João Ricardo observou que há duas situações distintas: uma em relação aos trabalhos da consultoria externa, quanto ao mapeamento de riscos (matriz de riscos), e outra à Política de Gestão de Riscos. A senhora Érica informou que há dois contratos vigentes, sendo um (consultoria Every) referente à elaboração da Política de Gestão de Riscos e mapeamento dos riscos, que envolve a definição de fluxos e macroprocessos, e outro (consultoria High Compliance) em relação ao desenho/mapeamento de riscos considerados pelos *stakeholders* (partes externas interessadas) que envolverá um *workshop* com as equipes internas, salientando que o objetivo é consolidar/integrar ambas em uma única matriz de riscos para a Companhia. Em seguida, detalhou a ação relativa às 6 questões (nº 94, 96, 97, 98, 99 e 100) vinculadas ao Controle Interno, as quais têm em comum a elaboração do Termo de Referência - TR pela Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos - PMC para contratação de empresa de consultoria visando à elaboração de metodologia, avaliação e acompanhamento do Controle Interno da CETESB (prazo 2025). Informou que o Controle Interno está dividido em diferentes partes/áreas dentro da Companhia, não existindo um agrupamento específico, e cuja amplitude alcança diferentes níveis (macro e micro), sendo que o propósito da contratação de uma empresa é para melhor definir uma metodologia. O senhor João Ricardo pontuou que basicamente existem cinco fluxos básicos de Controle Interno: Vendas/Contas a receber/Recebimentos; Compras/Contas a pagar/Pagamentos; Custos/controle de estoques/almoxarifado; Pessoal/folha de pagamentos; e Registros contábeis/fiscais, chamando a atenção que há controles internos para todos esses processos na empresa, podendo afirmar isso com base nas apresentações das áreas em reuniões do Comitê de Auditoria. A senhora Érica salientou que a Auditoria Interna apontou que embora existam esses controles, eles estão fragmentados e não centralizados. O senhor João Ricardo alertou para a necessidade de definir uma área responsável para centralizar a gestão/acompanhamento dos controles internos da empresa, salientando que cabe à Auditoria Interna monitorar o funcionamento desses processos e à Auditoria Independente proceder a avaliação. O senhor Jônatas concordou e questionou se o motivo para as respostas negativas associadas ao Controle Interno foi a falta de comprovação (evidências), ao que a senhora Érica confirmou, salientando que ele está pulverizado conforme informou a Auditoria Interna. O senhor Jônatas observou que cabe então entender como está sendo feita a materialização (forma de registro) desses controles. Entre as considerações finais, a senhora Érica pontuou que algumas das questões apontadas como “não” são executadas, porém, dependem de evidências para comprovação (materialização), e estão definidas no Plano de Ação com prazos mais curtos (entre julho e agosto). A seguir, passou-se ao **item 3 - Apresentação e Deliberação da proposta de Lei Orçamentária Anual 2025 – PLOA 2025**. O senhor Marcio, acompanhado das senhoras Liv e Érica, discorreu brevemente sobre a Proposta Orçamentária Setorial – POS 2025 destacando inicialmente os trâmites do ciclo orçamentário, salientando que foi aprovada previamente pela Diretoria Colegiada, conforme Decisão de Diretoria nº 047/2024/A de 21/06/2024, e que após deliberação pelo Conselho de Administração, será submetida à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL (julho) para posterior encaminhamento à SEFAZ (agosto) e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP (setembro/outubro), com previsão de publicação no Diário Oficial do Estado em dezembro pelo Poder Executivo. A seguir,

traçou um breve histórico dos últimos 11 anos (2014 a 2024), além da projeção 2025, tanto quanto à Subvenção como do montante total da LOA, considerando em ambos os casos, os valores/evoluções “sem” e “com” a correção pelo IPCA de 78,3% no período, correspondente a média anual de 5,4%. Nesse sentido, destacou/demonstrou: **a) quanto à Subvenção** (inclusa a correção do IPCA) – a gradativa redução entre 2014 e 2018 em decorrência da queda de recursos próprios em relação aos anos posteriores: 2014 – 382 milhões-MM; 2015 – R\$ 299 MM; 2016 – R\$ 236 MM; 2017 – R\$ 222 MM; 2018 – R\$ 124 MM); o efeito provocado pelos Decretos estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019 sobre os preços de licenças que influenciaram a arrecadação/caixa da empresa, conforme mencionado em reuniões anteriores (como na 591ª RCA de 29/08/2023), diminuindo as subvenções principalmente em 2018; os novos aumentos/recomposição dos aportes em 2019 e 2020 (2019 – R\$ 273 MM e 2020 – R\$ 282 MM) decorrente do efeito de pedidos de liminares; novas quedas a partir de 2021 (2021 – R\$ 235 MM; 2022 – R\$ 214 MM; 2023 – R\$ 169 MM; 2024 – R\$ 174 MM) em razão principalmente do ganho judicial destas liminares pela Companhia em 2021, conforme mencionado na 562ª RCA de 18/08/2021, resultando no aumento do caixa por força da cobrança das diferenças dos preços das licenças, especialmente em 2022 e 2023, salientando que mesmo com essa queda foi possível uma expansão de aproximadamente R\$ 30 MM; e que para 2025 a estimativa é de R\$ 212 MM; **b) quanto ao total da LOA** – as reduções entre 2014 e 2017 (de R\$ 768 MM para R\$ 676 MM); os menores patamares verificados em 2021 e 2022 (R\$ 609 MM e R\$ 624 MM); novos aumentos em 2023 e 2024 (R\$ 663 MM e R\$ 659 MM); e a previsão de R\$ 715 MM em 2025. Entre os principais aspectos, destacou que os acréscimos dos últimos anos decorrem principalmente do fator associado ao concurso público e que embora entre 2014 e 2016 tenha sido um período propenso a expansões/investimentos, este tem sido um diferencial nestes últimos anos apesar de menores dotações. Na sequência, destacou que 2024 é o primeiro ano em que a área financeira trabalha em conjunto com o PD na elaboração da proposta orçamentária, enfatizando o objetivo de alinhar o planejamento ao orçamento, e que a senhora Érica, nesse sentido, teve êxito em fechar com as diretorias uma previsão/proposta quanto às expansões ao longo do ano. Em seguida, discorreu brevemente sobre as composições e indicadores de **Receitas e Despesas**, relembrando que seguem o princípio do equilíbrio no orçamento. **Quanto às Receitas - Recursos Próprios** - R\$ 503 MM (70%); **Subvenção** – R\$ 211,9 MM (30%); **Total** – R\$ 714,96 MM, demonstrou a seguinte distribuição relativamente às Receitas Próprias: Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA (fonte 83) – R\$ 32,6 MM (6%), Multas (fonte 2) – R\$ 55,5 MM (11%), Convênios – R\$ 8,7 MM (2%), Multas – R\$ 39,55 milhões (8%), Outras Receitas – R\$ 26,21 milhões (5%); Licenças – R\$ 340,47 MM (68%). Entre algumas comparações, citou: **a)** a proporção de 70% para Recursos Próprios e 30% para Subvenção, ressaltando que há 25 anos esta relação era de 10% e 90%, respectivamente; **b)** a proporção de 68% proveniente de licenças e 8% de multas, sendo que houve períodos, como em 2014, em que esta relação era praticamente equivalente (50% - 50%), e que é positivo a maior proporcionalidade de licenças, não obstante os esforços das equipes de fiscalização, ressaltando que por meio da cobrança administrativa, feita pela equipe financeira, a inadimplência é inferior a 10%, nos casos em que há o parcelamento da dívida, e que a eficiência no recebimento de multas é de 64%; **c)** a expansão de Outras Receitas para 5%, sendo que a média anterior era de 3%, incluindo as receitas com os serviços da Escola Superior da CETESB - ESC, ensaios laboratoriais e Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, por exemplo. **Quanto às Despesas**, demonstrou os seguintes indicadores: **Pessoal** – R\$ 602,36 MM (84%); **Custeio** - R\$ 100,84 MM (14%); **Investimento** - R\$ 11,75 MM (2%); Total - R\$ 714,96 MM, com as seguintes principais distribuições: Pessoal – Folha de pagamentos (53% - R\$ 379 MM) e Encargos (1% - R\$ 135 MM); Custeio – Despesas gerais (5,7% - R\$ 41 MM), Serviços de Terceiros (3,2% - R\$ 22,65 MM) e Despesas não operacionais (2,4% - R\$ 17,3 MM), entre outros; e Investimentos – Recursos Próprios (R\$ 5,5 MM – 0,8%); Convênios e Outros (R\$ 6,2 MM – 0,9%). Entre **outros aspectos**, destacou: **a)** que os gastos com Pessoal continuam elevados (84%), sendo que em 2023 houve a saída de aproximadamente 30 empregados, por meio do Programa de Demissão Consensual; e a previsão de

redução da folha de pagamentos, considerando a faixa salarial dos novos concursados (entre R\$ 8,5 mil e R\$ 9 mil) em comparação à média do quadro atual (R\$ 12,5 mil); **b)** que os Investimentos previstos em torno de 1,7%, embora pareça pouco, representa um avanço em relação ao passado e corresponde a uma previsão inicial podendo ocorrer acréscimos (novos aportes) durante o exercício; **c)** que os Serviços de Terceiros contemplam principalmente os contratos de Tecnologia da Informação, chamando a atenção para os investimentos/melhorias ocorridas nas agências ambientais em 2023. Na sequência, demonstrou o quadro analítico da proposta orçamentária 2025 com o agrupamento dos custos por item/serviço, vinculando cada um deles às ações do Plano Plurianual, conforme aprovado na 589ª RCA de 21/07/2023, e diretoria responsável, salientando que se trata de uma inovação em relação aos exercícios anteriores, e destacando especialmente a ação de “Gestão Administrativa”. Nesse sentido, descreveu a seguinte composição e distribuição do montante total de R\$ 715 MM, entre as oito ações e cinco programas que integram a proposta orçamentária 2025, com os respectivos vínculos às diretorias (Controle e Licenciamento Ambiental – C, Engenharia e Qualidade Ambiental – E, Avaliação de Impacto Ambiental – I, Gestão Corporativa – A e Presidência – P): **1) Programa Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo - Ação 5065** – Medição da Qualidade das Praias Litorâneas – Diretoria E – R\$ 6,73 MM; **Ação 5071** – Licenciamento de Baixo Impacto Ambiental – Diretoria C – R\$ 227,5 MM; **Ação 6299** – Gestão do Licenciamento de Alto Impacto Ambiental – Diretorias I/E – R\$ 123,5 MM; **Ação 6565** – Medição da Qualidade do Ar – Diretoria E – R\$ 16,89 MM; **2) Programa Suporte Administrativo - Ação 6539** – Gestão Administrativa da CETESB – Diretoria A/P – R\$ 300,58 MM; **3) Programa Segurança Hídrica - Ação 6543** – Medição da Qualidade das Águas – Diretoria E – R\$ 27,08 MM; **4) Programa Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica - Ação 6247** – Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental – P – R\$ 8,2 MM; **5) Programa Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis - Ação 6355** – Fiscalização de Disposição de Resíduos – Diretorias A/I – R\$ 4,48 MM. Após a apresentação, os conselheiros teceram breves considerações. Entre elas, o senhor José Paulo observou que a proposta orçamentária para 2025 corresponde a um crescimento nominal (sem correção) de 14,4% em comparação ao ano anterior e questionou qual foi o percentual médio de subvenção em 2023 e a expectativa para 2024, ao que o senhor Márcio informou que, em 2023, o índice fechou em torno de 11% em razão do caixa expressivo da Companhia, e, em 2024, a expectativa é fechar em torno de 18% a 20%. O senhor Luiz Ferraro observou que, sob uma perspectiva mais ampla, é muito positiva historicamente a redução do grau de dependência do Tesouro de 90% para 30%, conforme mencionou o senhor Marcio, refletindo uma mudança sustentável da Companhia. O senhor Thomaz salientou que o planejamento orçamentário anteriormente era elaborado com base numa rotina não alinhada ao planejamento institucional, e que em decorrência disso não era possível identificar a fonte/origem do que se previa como investimento. Nesse sentido, ponderou sobre alguns desafios relativamente à execução orçamentária que requerem eficiência no planejamento para promover a expansão da Companhia. Ao fazer referência à questão das variações dos preços de licenças, conforme mencionou o senhor Marcio, ressaltou que embora tenha gerado aumento de arrecadação em certo período, também provocou uma forte judicialização, motivada pela insatisfação do setor produtivo, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, com o método de cálculo, ressaltando a importância de manter um equilíbrio na arrecadação. Nesse sentido, informou que está em desenvolvimento uma revisão na metodologia, alertando que é necessário regulamentar o que está previsto na Lei Complementar federal nº 140/2011, que é fazer a cobrança dos serviços/licenças de acordo com o “esforço” e não com o “potencial poluidor” das atividades. A senhora Simone ponderou em relação à possibilidade da ESC contribuir para o aumento da arrecadação (Outras Receitas) por meio do incremento de cursos de capacitação. O senhor Thomaz ponderou que um dos principais gargalos nesse sentido, é a forma da ESC operacionalizar os seus cursos, chamando a atenção que o alto índice de receita originada pelo licenciamento (68% do total) demonstra o potencial de desenvolvimento de novos cursos/produtos à sociedade. Nesse sentido, ressaltou que a ideia é criar

uma abordagem em que a ESC vá ao encontro do público interessado para mapear suas necessidades e atender esse propósito. Após as considerações finais, colocada a matéria em votação pelo senhor Jônatas, com base no inciso III do Artigo 14 do Estatuto Social, que dispõe que *além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos*, a PLOA 2025 foi aprovada pelos conselheiros. A seguir, passou-se ao **item 4 – Deliberação sobre a Revisão do Código de Conduta e Integridade**. A senhora Maria Eugênia destacou inicialmente que foi contratada uma empresa terceirizada para fazer a revisão jurídica do Código de Conduta e Integridade e a elaboração de uma cartilha visando uma forma mais prática e lúdica para facilitar seu entendimento; e que está previsto um treinamento por meio de vídeos de curta duração (30 minutos) que serão oferecidos a todos os empregados, visando reciclagem, bem como aos novos advindos do concurso público. Em seguida, discorreu sobre as principais alterações propostas em relação à versão atual do Código, sendo: **a)** a troca do nome de “Código de Conduta e Integridade” para “Código de Conduta Ética e de Integridade”, ressaltando o novo nome está em linha com as melhores práticas do mercado; **b)** a incorporação da Norma Administrativa (NA) 029 que trata das Relações Funcionais, tanto em relação às “Condutas Esperadas” quanto das “Condutas Vedadas” (itens 6 e 7 do Sumário, respectivamente); **c)** a inserção do valor máximo (limite/teto) para recebimento de brindes, no item relativo à “Política de Brindes e Hospitalidades” (item 10 do Sumário), salientando que está em linha ao que é praticado pela Controladoria Geral do Estado-CGE, em relação ao teto de 1% do salário do Governador; **d)** alteração/nova redação ao item 7.26 em relação à Conduta Vedada ao empregado, qual seja: *“manter sob sua chefia, mediata ou imediata, cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive”*. Entre outros pontos, destacou que a nova versão do Código, incorpora várias legislações, desde a primeira versão aprovada pelo Conselho de Administração em 2018 (509ª RCA de 19/02/2018), especialmente em relação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, proporcionando uma melhor e mais acessível leitura. O senhor Jônatas questionou como será realizada a capacitação, ao que a senhora Maria Eugênia reiterou que serão preparados vídeos de curta duração os quais serão disponibilizados na ESC, e a ideia é realizar anualmente uma avaliação/treinamento, em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016, a ser conduzido pela PMC. A seguir, colocada a matéria em votação pelo senhor Jônatas, em consonância aos termos dos incisos XXV e XXXI do artigo 14 do Estatuto Social, a proposta da nova versão do Código de Conduta Ética e de Integridade da CETESB foi aprovada pelos conselheiros. A seguir, passou-se ao **item 5 - Apresentação sobre o Gerenciamento de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação**. A senhora Liv observou que o tema foi inicialmente apresentado ao Comitê de Auditoria em abril/2024 e, com base em questionamentos e apontamentos de seus membros, alguns pontos da apresentação foram reformulados visando demonstrar ao Conselho de Administração a situação/estrutura atual. Em seguida, a senhora Marley, acompanhada dos senhores Daniel e Leandro, fez um breve relato de sua experiência profissional, ressaltando que há 37 anos atua na área de TI da CETESB, inicialmente com foco em sistemas e banco de dados, e mais recentemente (aproximadamente 1,5 ano), em atendimento a um convite da diretora Liv, assumiu a gestão do Departamento. Em seguida, discorreu sobre os seguintes tópicos, nesta ordem: **1)** Dimensionamentos – Análise quantitativa do ambiente de trabalho e estrutura de TI atuais; **2)** Estrutura do Departamento de TI; **3)** Segurança da Informação – Definição e importância; **4)** Ameaças e vulnerabilidades; **5)** Melhores Práticas de Mercado; **6)** Tecnologias e práticas adotadas na CETESB – Processos e Softwares – Camadas de Proteção; **7)** Controle de Acesso Lógico; **8)** Proteção de Dados – Backup; **9)** Riscos; **10)** Ações previstas e sugeridas para amenizar os Riscos; e **11)** Avaliação NetSafe. Quanto ao **tópico 1**, destacou os seguintes indicadores: 4.800 usuários internos; 26 sistemas; 250 servidores – Sede e 52 servidores - Agências e Laboratórios descentralizados; e 91,9 milhões de acessos de navegação mensalmente. Quanto ao **tópico 2**, citou que o Departamento de TI é composto por três divisões e oito setores, sendo: Divisão de Arquitetura Tecnológica, com 2 setores – Redes e Suporte Tecnológico; Divisão de Informações Corporativas, com 4 setores – Sistemas de Dados Corporativos,

Relacionamento com Negócios, Planejamento Estatístico, Mídias Eletrônicas; e Divisão de Projetos Novos, com 2 setores – Projetos Institucionais e Gestão de Tecnologia, e Apoio Técnico à Projetos, salientando que além das três divisões há três setores que estão envolvidos com proteção de dados, quais sejam: Redes, Sistemas de Dados Corporativos e Apoio Técnico à Projetos. Quanto ao **tópico 3**, destacou que a segurança da informação é uma prática que visa proteger a integridade, confidencialidade e disponibilidade de dados da empresa e a empresa utiliza a Política de Segurança como retaguarda para alcançar esse objetivo. Quanto ao **tópico 4** - relativamente às **Ameaças** à proteção de dados, citou entre as principais: *Malware* (Vírus, Trojans, *Ransomware*, *Spyware*); Ataques de *phishing* e engenharia social; Ataques de negação de serviço (DDoS - *Distributed Denial of Service*), todos provocando um volume excessivo de tráfego de rede; roubo ou perda de dados; e falhas humanas; relativamente às **Vulnerabilidades**, citou entre as principais: *softwares* desatualizados; ausência de uma política de segurança da informação mais aprofundada; ausência de solução WAF (*Web Application Firewall* - *Firewall* na camada de servidores de aplicações Web); falta de soluções de aplicações de laboratório e aplicações IoT (Internet das Coisas) para as estações de qualidade das águas e qualidade do ar. O senhor João Ricardo questionou se há um plano de contingência para cada tipo de ameaça (gestão de incidentes). O senhor Daniel informou que há um conjunto de *softwares* que operam com inteligência artificial de forma a monitorar, identificar e reagir às ameaças detectadas, e que há uma empresa contratada responsável pela gestão nesse processo, monitorando o que acontece nesses aplicativos e, caso não seja possível o bloqueio automático, há interferência humana por meio da interação entre as equipes para a solução do caso. O senhor Leandro acrescentou que considerando o alto volume de acessos associado à diversidade de sistemas e aplicações expostas, a quantidade de alvos é significativa. Quanto ao **tópico 5**, a senhora Marley enumerou dez práticas de mercado e a situação da CETESB quanto à aderência (sim, não, parcial) em cada uma delas: 5.1 - Gestão de Acessos – parcial para “autenticação multifator”; 5.2 - Proteção de Dados – sim; 5.3 - Segurança de Redes – sim; 5.4 - Segurança de Aplicações – parcial quanto ao “processo de autenticação” e “não” para “testes de vulnerabilidade”; 5.5 - Educação e Treinamento – não para “conscientização de segurança” e “simulações de *Phishing*”; 5.6 - Gestão de Incidentes – não; 5.7 – Compliance – sim para “conformidade regulamentar” e não para “auditorias de segurança”; 5.8 - Segurança na Nuvem – não para “gestão de configuração segura” (apenas gestão de acessos); 5.9 - Proteção contra *Malware* – sim; 5.10 – Governança - sim. Relativamente ao subitem 5.5, em relação à “conscientização da segurança”, salientou que o objetivo é realizar treinamento no próximo semestre assim que a Política de Segurança da Informação for novamente revisada (última ocorreu em 23/12/21) e aprovada, a fim de conscientizar o corpo funcional sobre a forma de acesso e a segurança/proteção de dados. O senhor João Ricardo ressaltou a importância desse procedimento e que precisa ser recorrente. Relativamente ao subitem 5.8, a senhora Marley ressaltou que há duas nuvens: Protheus TOTVS (gestão Prodesp) e outra pela Softplan. O senhor João Ricardo pontuou que existe a possibilidade de contratação de empresa especializada em auditoria de sistemas para revisão deste ambiente de segurança, sendo que o custo deve ser rateado com os demais clientes do provedor, uma vez que a nuvem é compartilhada. Quanto ao **tópico 6**, a senhora Marley descreveu alguns pontos extraídos da Política de Segurança da Informação (subitem 6.1), sendo que o senhor Daniel discorreu em relação às ferramentas que operam nas cinco camadas de proteção (subitem 6.2): **6.1 Relativo a Processos** – 6.1.1) Política de Segurança da Informação; 6.1.2) Política de Senhas; 6.1.3) *Backup* de Dados; 6.1.4) Política de Controle de Acesso; 6.1.5) Treinamento e Conscientização; **6.2 Relativo a Softwares** (5 Camadas de Proteção) – 6.2.1) Proteção Perimetral (IPS Trellix, SonicWall Firewall (UTM)); 6.2.2) Dados em trânsito (Webgateway Skyhigh Security, DXL Trellix, Email Microsoft/Prodesp); 6.2.3) EndPoint (EDR Trellix, ATP Trellix, TIE Trellix, Control App Trellix); 6.2.4) Monitoramento e Análise (Netsafe - empresa contratada), EPO (Trellix); 6.2.5) *Backup* (Veritas). Entre as considerações, o senhor Rodrigo questionou se há uma contratação única de ferramentas de *software* para todas as camadas de segurança, ao que o senhor Daniel respondeu que há dois contratos ativos, sendo que em ambos, tanto o suporte como o gerenciamento dos aplicativos

estão sob a responsabilidade da contratada. O senhor João Ricardo questionou qual a ferramenta atualmente utilizada para conexão de acesso remoto, ao que o senhor Daniel informou que é a ferramenta OpenVPN. A senhora Marley ressaltou que há três áreas envolvidas com o processo de segurança da informação, quais sejam: Governança de Dados - AD - Responsável pela qualidade, classificação e catalogação dos dados e promover a conscientização sobre as melhores práticas de gerenciamento de dados, ressaltando os bons trabalhos desenvolvidos pela área, nesse sentido, em relação à iniciativa do *Datanautas*, conforme mencionado em reuniões anteriores (597ª RCA de 30/01/2024); Departamento de TI - Responsável pela segurança da informação, suporte técnico, inovação e melhoria contínua, e *compliance* tecnológica; e PMC - Responsável pelas regulamentações, normas e políticas internas, gestão de riscos e conformidade. Quanto ao **tópico 7**, AD demonstrou o fluxo/dinâmica de controle de acesso lógico, por meio do gerenciador de usuários e senhas e as respectivas interações entre as áreas administrativas/organizacionais e TI para atribuições de perfis de acesso do usuário aos sistemas. Também pontuou que nem todos os sistemas possuem autenticação direta no gerenciador, sendo que para os que possuem autenticação há exclusão automática do acesso do usuário quando este é desligado da empresa; e para os que não possuem, é necessário o procedimento manual, ou seja, a exclusão é feita por meio do envio de comunicação/e-mail pelo Departamento de Pessoal e Cultura - AR, assim como nos casos de transferência entre unidades, onde o novo gestor solicita a nova configuração de perfil. O senhor João Ricardo questionou se são feitas revisões periódicas dos perfis de acesso, ressaltando a importância deste procedimento, ao que o senhor Daniel informou que atualmente não. A senhora Marley pontuou que, especificamente em relação a empregados das áreas financeira e de pessoal, há um maior controle/atenção nesse sentido pelas características destas áreas. A senhora Simone observou que anteriormente era necessário que todos os usuários efetuassem a troca periódica das senhas. A senhora Marley informou que a retomada deste procedimento está em análise, aguardando definição quanto ao prazo/intervalo para troca de senha, que estima ser no mínimo anual, devendo ser considerado na revisão da Política de Segurança da Informação. Acrescentou que este procedimento foi interrompido em razão da alta demanda provocada por esquecimento de senha pelos usuários (devido ausência temporária), diante do quadro reduzido de técnicos para dar suporte nesta operação, e que deve ser regularizado a partir do aumento do quadro funcional em razão do concurso. Quanto ao **tópico 8**, destacou três situações relativamente à “responsabilidade de segurança de dados” e “back-up”: a) Sistemas e Dados da CETESB – sendo a retenção de dados mensal e anual em fita com prazo de 5 anos; b) Sistema de Gestão empresarial – Protheus – Totvs (nuvem Totvs), engloba sistemas administrativo e financeiro; c) e-CETESB – Softplan (nuvem Azure) – engloba sistema de licenciamento. Informou que em relação ao e-CETESB, que armazena os dados de licenciamento, será feito um levantamento de informações técnicas e orçamento para contratação de nuvem para garantir a segurança destes dados. Quanto ao **tópico 9**, destacou os seguintes riscos mais críticos e sua classificação: a) Ausência de Solução de WAF (Web Application Web) – Risco de comprometimento das aplicações Web – Risco Médio; b) Sistemas Operacionais antigos – Risco Alto; c) Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados antigos – Risco Alto; d) Ausência de Campanhas de conscientização – Risco Médio; e) Acesso físico aos servidores frágil – Risco Médio, salientando que está em mitigação com a aquisição do Datacenter Container; f) Redução de Capacitações Periódicas – Risco Médio. O senhor Luiz Ferraro pontuou que a classificação de risco está associada a maior probabilidade de ocorrência e questionou qual deles, ao se materializar, é mais perigoso para a Companhia. O senhor João Ricardo ponderou que do ponto de vista operacional/de negócio, o maior risco está vinculado aos sistemas que suportam a atividade de licenciamento. O senhor Daniel complementou afirmando que os mais graves são os “sistemas operacionais e os bancos de dados antigos” (itens b e c), os quais não possuem mais serviço de suporte, citando como exemplo os sistemas SQL, o que provoca maior tendência de ataque a estes pontos podendo representar grande perigo em relação ao que mencionou o senhor João Ricardo. Quanto ao **tópico 10**, a senhora Mayla destacou as seguintes ações: a) Movimentação dos Servidores, *Storages* e solução de backup do CPD

para o Datacenter Container; b) Renovação e expansão da solução de backup; c) Contratação de empresa de Operação de backup; d) Testes e adoção de ferramentas de controle de aplicações dedicadas do negócio (telemetria de qualidade do ar e da água); e) Análises e correções de vulnerabilidades na rede de dados; f) Micro segmentação da rede – grupos exclusivos de usuários fechados; g) Aquisição de solução de ZTNA em substituição à VPN; h) Aquisição de System Center (*Service + Operations + Configuration Manager*) para o gerenciamento de datacenter; i) Contratação de empresa de Operação de Segurança; j) Contratação de empresa de Sustentação do Datacenter container. Salientou que 80% destas ações, com exceção das referidas nos itens “a” e “e” dependem de dotação orçamentária, chamando atenção de que o maior problema é a falta de mão de obra capacitada e habilitada para operar essas demandas, considerando que atualmente há somente dois profissionais, sendo um deles o senhor Leandro, para cuidar de toda segurança e *backup* da Companhia. Relativamente ao item “c” o senhor Daniel informou que os backups são incrementais e a frequência pode ser: diária – exclusivamente para o que foi alterado; semanal – para toda a infraestrutura; mensal – backup da última semana do mês; e anual – na virada do ano, com os dados finais do exercício. A senhora Marley acrescentou que nesse processo há um aumento significativo do volume uma vez que os dados são cumulativos, conforme mencionou o senhor Daniel, e que há ferramentas que permitem maior celeridade nesse sentido. O senhor Daniel informou que a capacidade do *backup* é predefinida pelos equipamentos, sendo que a velocidade de um *backup* semanal, por exemplo tem duração de 2,5 dias em média (iniciando às 6ª f à noite). Relativamente ao item “g” o senhor Daniel comentou em relação ao uso/característica da conexão por meio do OpenVPN, chamando a atenção de que opera com o conceito de “total confiança” uma vez permite o acesso total do usuário à rede, enquanto a ideia/proposta é substituir pela ferramenta ZTNA que opera no conceito “zero confiança” em que o usuário fica limitado à micro segmentação da rede (acessos específicos), e que, nesse sentido, há ferramenta que faz o gerenciamento de perfil, aumentando consequentemente a segurança. O senhor João Ricardo questionou quantos colaboradores atuam em teletrabalho, ao que o senhor Daniel respondeu que a média diária é entre 350 e 400 colaboradores. Ressaltou que o principal motivo para essa mudança é que atualmente a estrutura de TI tem um quadro reduzido, como mencionou a senhor Mayla, e o objetivo é que empresas contratadas assumam a operação de determinadas funções, como por exemplo a de *backup* e segurança das informações (item i) e, nesse sentido, a ferramenta ZTNA proporciona uma camada adicional de segurança, sendo um fator atrativo importante nesse sentido. Quanto ao **tópico 11**, a senhora Mayla destacou que apesar de todas as restrições e dificuldades conforme já mencionadas, recentemente foi feita uma pesquisa coordenada pela renomada empresa de consultoria em Segurança da Informação, NetSafe, que apontou que de 2023 para 2024 houve um aumento significativo do nível de maturidade da Companhia no quesito de segurança da informação que passou de um score de 74% (B+) para 93% (A), numa escala de A+ a E-. Entre as considerações finais, o senhor Rodrigo ponderou/questionou em relação ao risco/ameaça em relação à invasão do sistema de licenciamento com possibilidade de fraude na emissão de licenças, ao que o senhor Thomaz e a senhora Liv ressaltaram que não existe esta possibilidade. O senhor Daniel ponderou que, nesse sentido, o risco é interno, justificando a adoção de ferramentas para limitar o acesso à rede pelo usuário, conforme mencionou em relação à micro segmentação da rede (tópico 10), e não decorrente de invasões (externo), por conta da complexidade desta operação/atividade. Ao final, os conselheiros parabenizaram a senhora Mayla e o senhor Daniel pela apresentação e o trabalho de suas equipes. A seguir, o senhor Jônatas informou que o **item 7 - Resultado das Negociações Salariais - Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 referente a data base de 1º/05/2024** foi transferido para a próxima reunião ordinária. Quanto a outros assuntos, e sem a participação da representante dos empregados por configurar conflito de interesses, o senhor Jônatas cientificou os membros em relação ao **resultado da reanálise pelo Departamento de Auditoria Interna da denúncia protocolo nº 1376**, conforme descrito nos termos do Despacho nº 028/2024/PA de 14/06/2024 (Processo CETESB 021066/2024/12 - Procedimento de Auditoria Corretiva – Apuração de conflito de interesse), a qual foi motivada pela manifestação do

ex-conselheiro de administração, senhor Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, após pedido de vista do processo, conforme mencionado na 580ª RCA de 23/12/2022. Ressaltou que o resultado da apuração, objeto do Termo de Deliberação de 29/04/2024 da Diretoria Colegiada, apontou para a sanção de advertência ao empregado, por meio do Comunicado de Advertência nº 004/2024/ARAP/ARA, conforme prevista no Item 4.3 da Norma Administrativa de Relações Funcionais - NA-029 e no Item 17 do Código de Conduta e Integridade da CETESB, que tomou ciência em 16/05/2024 da referida sanção, sendo o respectivo processo/protocolo arquivado. Registre-se que os materiais apresentados na reunião foram disponibilizados previamente no Portal de Governança. Na sequência anunciou que a próxima reunião ordinária será no dia 30/07/2024, terça-feira, às 14h. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos E, para constar, foi lavrada a presente ata e assinada digitalmente pelos senhores conselheiros e por mim secretário.



Assinaturas do documento



"Ata da 602ª RCA de 25.06.24"

Código para verificação: **ZOPRKWR6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MARISA MAIA DE BARROS** (CPF: 075.XXX.527-XX) em 13/08/2024 às 11:24:40 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/01/2023 - 10:39:55 e válido até 20/01/2123 - 10:39:55.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JONATAS SOUZA DA TRINDADE** (CPF: 789.XXX.501-XX) em 09/08/2024 às 09:32:29 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 12/01/2023 - 17:59:20 e válido até 12/01/2123 - 17:59:20.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SIMONE PATRICIA DA SILVA** (CPF: 101.XXX.558-XX) em 06/08/2024 às 14:42:59 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 11/09/2022 - 16:57:59 e válido até 11/09/2122 - 16:57:59.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LUIZ ANTONIO FERRARO JUNIOR** (CPF: 154.XXX.928-XX) em 06/08/2024 às 11:24:28 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 21/06/2023 - 13:33:10 e válido até 21/06/2123 - 13:33:10.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ROSE MIRIAN HOFMANN** (CPF: 039.XXX.349-XX) em 01/08/2024 às 23:52:59 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 23/06/2023 - 16:14:31 e válido até 23/06/2123 - 16:14:31.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **VALDECIR SARROCHE DA SILVA** (CPF: 065.XXX.108-XX) em 01/08/2024 às 07:16:45 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 06/10/2022 - 12:42:11 e válido até 06/10/2122 - 12:42:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA** (CPF: 722.XXX.677-XX) em 31/07/2024 às 19:26:52 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 03/08/2022 - 07:46:27 e válido até 03/08/2122 - 07:46:27.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** (CPF: 303.XXX.838-XX) em 31/07/2024 às 15:50:21 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 18/01/2023 - 16:08:24 e válido até 18/01/2123 - 16:08:24.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **KELLY LOPES LEMES** (CPF: 183.XXX.648-XX) em 31/07/2024 às 11:41:03 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/12/2023 - 10:57:01 e válido até 20/12/2123 - 10:57:01.
(Assinatura do sistema)

Esta página foi gerada automaticamente pelo sistema para detalhamento das assinaturas e não é contabilizada na numeração de páginas de processo.



Assinaturas do documento



"Ata da 602ª RCA de 25.06.24"



JOSE PAULO NEVES (CPF: 015.XXX.318-XX) em 31/07/2024 às 10:49:09 (GMT-03:00)

Emitido por: "e-ambiente", emitido em 08/01/2024 - 15:43:48 e válido até 08/01/2124 - 15:43:48.

(Assinatura do sistema)



RODRIGO LEVKOVICZ (CPF: 295.XXX.718-XX) em 31/07/2024 às 10:46:46 (GMT-03:00)

Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 14:15:34 e válido até 27/05/2122 - 14:15:34.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **CETESB.089989/2023-13** e o código **ZOPRKWR6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.